

Estudos de enquadramento na América Latina

Introdução

PAOLA INGRASSIA

CONICET

Universidad Nacional de San Juan
paoingrassia2@gmail.com
/0000-0002-2810-4632

CARLOS MUÑIZ

Facultad de Ciencias Políticas y Relaciones
Internacionales
Universidad Autónoma de Nuevo León
carlos.munizm@uanl.mx
/0000-0002-9021-8198

NATALIA ARUGUETE

CONICET

Universidad Nacional de Quilmes
nataliaaruguete@gmail.com
/0000-0002-1571-9224

JAMIL MARQUES

Departamento de Ciencias Políticas
Universidad Federal de Paraná
marquesjamil@gmail.com
/0000-0002-5256-1964



abordagem que os discursos dão aos assuntos públicos ao disputar uma percepção legítima e generalizada da realidade social e política incorpora os componentes da controvérsia, o espetáculo e o registro dramático. Em particular, os discursos de atualidade mostram como a mídia, na qualidade de ator político, enquadra sua cobertura em uma dinâmica de polarização que a ultrapassa, mas da qual ela é um elo central. Na arena de disputa de significados, os políticos, a mídia, os movimentos sociais, as instituições religiosas e outros atores sociais e públicos estão imersos na mesma comunidade e ali dialogam e competem para impor sua própria definição de problemas públicos, alguns com mais eficácia do que outros dependendo das circunstâncias, usando a complexa combinação de plataformas de expressão oferecidas pelo cenário atual da mídia digital. O significado público estabelecido definitivamente dependerá das estratégias discursivas utilizadas e revelará a correlação de forças existentes naquela comunidade em um determinado momento.

O estudo do jogo convergente desses atores na ágora requer uma visão integral, abrangente e estrutural que considere o circuito de comunicação como um todo e aborde as disputas de poder simbólico que ocorrem nesse processo em todas as suas dimensões. Isso nos obriga a rejeitar a premissa de que os atores estratégicos, os profissionais da informação e as audiências são simplesmente um reflexo de realidades

Pour citer cet article, to quote this article,
para citar este artigo :

Paola Ingrassia, Carlos Muñiz, Natalia Aruguete, Jamil Marques, « Estudos de enquadramento na América Latina », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne, online], Vol 12, n°1 - 2023, 15 juin - june 15 - 15 de junho.

URL : <https://doi.org/10.25200/SLJ.v12.n1.2023.543>



políticas e sociais assépticas. Ao contrário, políticas, questões e eventos estão sujeitos a padrões de seleção e interpretação que são definidos em negociações e lutas e, portanto, podem mudar com o tempo. Com esse espírito de reflexão crítica sobre a realidade política e social, propusemos o dossiê “Estudos de enquadramento na América Latina”.

O contexto no qual abordamos essa questão problemática para o dossiê da *Sur Le Journalisme* é justificado pelos avanços na pesquisa de comunicação política nas últimas décadas, especialmente aqueles ligados à teoria do enquadramento. Essa teoria mostrou uma consolidação progressiva na análise política, tornando-se um programa de pesquisa multiparadigmático (D’Angelo, 2012). Além disso, a América Latina testemunhou uma produção crescente de trabalhos teóricos e empíricos baseados nessa perspectiva. Os recentes acontecimentos políticos, institucionais e sociais na região reforçam a necessidade de pesquisas aprofundadas a partir de uma perspectiva ampla e flexível, que permita uma abordagem abrangente da produção e circulação de significados públicos.

Especificamente, os enquadramentos da mídia, os discursos políticos e os enquadramentos de significado para a ação coletiva, entre outros, tornam-se ferramentas produtivas para analisar as características da comunicação governamental, as narrativas polarizadoras durante as campanhas eleitorais, a cobertura da mídia sobre as desigualdades de gênero, a ação coletiva dos movimentos sociais e o ativismo, a configuração discursiva da imigração, o tratamento noticioso do crime e a ativação de enquadramentos nas redes sociais digitais, bem como sua capacidade de evitar os caminhos convencionais da informação. Em suma, é uma abordagem analítica capaz de fornecer as ferramentas necessárias para refletir sobre os diferentes estágios do processo comunicativo: desde os enquadramentos dos emissores até os que são incorporados nos textos, bem como os esquemas interpretativos dos públicos e os que influenciam a cultura política na qual os discursos são produzidos e circulam.

O conceito de “integralidade” do enquadramento (Aruguete, 2021; D’Angelo, 2012) permite abordar esse processo a partir de diferentes paradigmas: crítico, cognitivo e construtivista. O paradigma crítico concentra-se no estágio de construção do enquadramento da mídia, investigando a relação entre os movimentos sociais, as elites políticas e a mídia (Ingrassia et al., 2023). O paradigma cognitivo analisa a influência das mensagens e as maneiras pelas quais os enquadramentos ativam esquemas perceptuais individuais ao avaliar eventos políticos ou outros (Matthes & Kohring, 2008) e interagem com o conhecimento prévio de um indivíduo para afetar suas interpretações. O paradigma construtivista analisa de forma holística os processos

sociais de formação da visão de mundo em torno de questões políticas. Nessa perspectiva, a propagação de enquadramentos é explicada pela coerência entre as convenções culturais, as tradições narrativas e os esquemas individuais dos usuários que os elementos de enquadramento são capazes de ativar.

O enquadramento tem suas raízes na sociologia interpretativa e na psicologia cognitiva, e é apresentado a partir de uma perspectiva centrada na mídia, enfatizando sua importância dentro de um processo social mais amplo de definição da realidade. Os estudos de revisão histórica e teórica do enquadramento são combinados com abordagens de aplicação empírica de diferentes paradigmas. A coexistência desses paradigmas permitiu uma abordagem abrangente do processo de enquadramento da comunicação, em que as perspectivas teóricas convergem, às vezes se complementando e às vezes se contradizendo. Embora a discussão teórica nesse campo seja abundante (Entman, 1993, 2007; D’Angelo, 2002, 2012; Scheufele & Tewksbury, 2007), seus fundamentos epistemológicos não foram estudados com tanta profundidade, o que é importante se considerarmos as várias correntes que forneceram bases epistemológicas para esse programa de pesquisa multiparadigmático (D’Angelo, 2012).

Com o objetivo de analisar e refletir sobre as questões acima, bem como explorar alternativas empíricas em relação às dinâmicas envolvidas na criação, circulação e recepção de enquadramentos ao longo de todo o processo de troca de significados, é apresentada esta compilação de artigos científicos.

O trabalho de Ângela Marques, Luis Mauro, Sá Martino e Vanessa Spirandeo centra-se nas premissas de Erving Goffman (2002, 2012) e Judith Butler (2004, 2015, 2019) e convida a uma reflexão profunda, incluindo contradições internas, sobre os fundamentos epistemológicos da teoria do enquadramento. Nessa linha, destacam-se aspectos fundamentais para a compreensão da evolução do enquadramento como uma das principais teorias no campo da comunicação política. Esses aspectos também servirão como pontos de entrada para a perspectiva epistemológica e teórica deste dossiê. A proposta de Goffman do conceito de enquadramento ajuda a entender as trocas interpretativas que ocorrem no processo comunicativo. Goffman usa o termo “frame” para se referir aos elementos que organizam os princípios que regem a interpretação dos eventos sociais e a participação subjetiva neles. De acordo com o autor, a “análise de frames” refere-se à exploração da organização da experiência nesses termos (Goffman, 1974, p. 10-11). Com base no entendimento de Goffman sobre enquadramento, Butler incorpora essa abordagem aos enquadramentos da mídia como construções que indicam posições de poder e que procuram regular as experiências intersubjetivas.

Por sua vez, a autora estabelece conexões com outros trabalhos neste dossiê a partir de sua perspectiva crítica sobre a produção jornalística e as imagens da mídia.

Essa concepção de enquadramento que propomos aqui implica reconhecer que o(a)s jornalistas também recorrem a esquemas de compreensão e interpretação da realidade na elaboração do conteúdo das suas notícias. Esses conteúdos são definidos como pacotes de recursos simbólicos ou “coleções de ferramentas” (D’Angelo, 2002) que simplificam a compreensão dos eventos pela sociedade. Ao mesmo tempo, esses recursos simbólicos tomam forma através de imagens e significados presentes nas representações da mídia, mas também são influenciados por outros fatores, como experiências pessoais, características do assunto, identificações culturais anteriores e a memória coletiva de uma comunidade (Koziner, 2015, p. 28).

O artigo de Pablo Pimentel recupera e aborda o interesse na maneira como o jornalismo constrói narrativas e reorganiza signos para abordar uma realidade socialmente construída. Pimentel propõe repensar a análise do processo de enquadramento a partir de uma “perspectiva crítica latino-americana”. Nesse sentido, sua contribuição é fundamental, pois evidencia a necessidade de adotar uma postura que ultrapasse as “suposições epistemológicas empiristas” e abandone a pretensão de objetividade que muitas vezes é exigida no estudo da cobertura de questões políticas. Pimentel argumenta que a construção de narrativas se baseia em lógicas profissionais rotineiras, expressas em sua forma e conteúdo, e em mecanismos institucionizados que estabelecem as relações interorganizacionais. Além disso, ele encontra nos editoriais jornalísticos recursos discursivos que revelam o posicionamento e a autoridade das organizações de mídia. Com base nas disputas de significado que caracterizaram as recentes crises políticas no Brasil, o autor conclui que o tom intervencionista dos atores jornalísticos é um exemplo revelador do que ele chama de sistema de mídia “liberal-cativo”, no qual a imprensa favorece suas próprias agendas e interesses ao manter uma aparência de neutralidade e imparcialidade. Apresentar essa instância da produção de significado como um procedimento objetivo nada mais é do que um “ritual estratégico de proteção para os jornalistas contra os riscos da sua atividade profissional”, e são principalmente formas inconscientes e naturalizadas de legitimar o status quo através da prática jornalística (Tuchman, 1999, p. 199).

Uma visão ampla do enquadramento implica reconhecer sua presença em qualquer tipo de mensagem, bem como nos estágios de produção e reconhecimento dos discursos (Duckman, 2001). No entanto, até o momento, as pesquisas se concentraram principalmente na detecção e análise do enquadramento presente nas notícias, que tem sido criticado por seu excessivo “viés mediocêntrico”

(Valera Ordaz, 2016). Nessa perspectiva mediocêntrica, os enquadramentos são definidos como conjuntos de recursos discursivos por meio dos quais diferentes atores políticos, corporativos ou da mídia oferecem uma maneira de definir as questões de interesse público (Schuck et al., 2013). É um tipo de tradução de informações através do uso de quadros para oferecer uma perspectiva particular da realidade (D’Angelo, 2002; de Vreese, 2003; Entman, 1993; Matthes, 2012). Entretanto, esse viés desconsidera a variedade que o processo de enquadramento pode trazer e sua capacidade de intervir em qualquer manifestação comunicativa que envolva a criação, a circulação e a transmissão de mensagens. Ter isso em mente e agir de acordo com isso no ambiente digital de hoje é especialmente importante. Nesse sentido, o artigo de Henrique Moreira Caixeta representa uma interessante proposta teórico-metodológica para refletir sobre as relações entre série, audiência, jornalismo policial e opinião pública.

No campo da comunicação política, é comum fazer referência aos discursos políticos como fontes relevantes para o processo de definição da agenda e do debate político. Por sua vez, o enquadramento sugere a maneira pela qual os eventos são apresentados através das mensagens informativas, enfatizando ou excluindo possíveis aspectos da realidade existente (de Vreese, 2005; Muñiz, 2015). Em resumo, o enquadramento é concebido como um paradigma capaz de informar e enriquecer abordagens comportamentais e críticas, tanto quantitativas quanto qualitativas. O enquadramento é um exercício de poder, pois afeta nossa compreensão do mundo político (Reese, 2007). No entanto, faltam estudos que abordem empiricamente o estudo do enquadramento político e seu impacto no tratamento dos eventos pela mídia de forma eficaz. Referimo-nos especificamente à análise das estratégias comunicativas usadas pelos diferentes atores que compõem o sistema político para sustentar uma visão particular da realidade social e das políticas públicas por meio de estruturas de defesa (Carragee & Roefs, 2004; de Vreese, 2012). Embora esse tipo de estudo possa ser conduzido desde diferentes esferas do campo político, é mais comum fazê-lo a partir da influência gerada pelos quadros propostos por um governo no caso de sistemas parlamentares. Efetivamente, o estudo dos quadros promovidos por governos ou outros líderes políticos são representações oficiais que às vezes se integram e às vezes entram em conflito com diversas instâncias de troca discursiva, em que os enquadramentos se manifestam como formas de disputas de significado. A contribuição de Mario Luis Grangeia neste dossiê aborda essa área de vacância de forma eloquente. O autor adota o conceito de enquadramento da perspectiva da sociologia cultural para examinar os discursos dos governos nos 30 anos após a restauração da democracia (1985-2016) e os de Getúlio Vargas (1930-45/51-54), com foco nas imagens que esses governos atribuem à política social no Brasil. “Durante a fase de construção

do enquadramento de notícias e das políticas públicas, os diversos atores que participam, como jornalistas, instituições de mídia, formuladores de políticas e sociedade civil, se envolvem em lutas de poder que deixam seus traços nos textos, sejam eles documentos de mídia ou de políticas”. (Koziner, 2022, p. 197) A partir daí, continua Koziner (2022), vários atores, especialmente aqueles que têm mais peso no debate político e público, representam interesses e visões de mundo que tentam instalar como perspectivas generalizadas e amplamente compartilhadas. Aqui fica evidente o confronto entre dois níveis do *framing*: o enquadramento na comunicação (*frame in communication*), referente às informações transmitidas, e o enquadramento no pensamento (*frame in thought*), referente à compreensão cognitiva individual das informações recebidas (Druckman, 2001). Portanto, para entender os efeitos produzidos pelos enquadramentos oficiais, é essencial entender os enquadramentos promovidos e ativados a partir dos paradigmas crítico e construtivista.

Desde o final do século XX, a preocupação gerada pela possibilidade aleatória de se tornar vítima de um crime não só se manifestou na opinião pública, mas também nas agendas políticas e, acima de tudo, na cobertura da mídia (Dammert, 2010; Kessler, 2009). O crime, a violência e a insegurança pública tiveram um aumento significativo na cobertura da mídia, especialmente nos últimos anos. O medo do crime tem se espalhado gradualmente por diferentes centros urbanos, grandes, médios e pequenos. A maneira como os eventos de crime e a violência de diferentes tipos são apresentados, como são rotulados, como as vítimas e os infratores são retratados e como os lugares são geograficamente tipificados em termos de perigo são apenas algumas das características que moldam esse tipo de notícia. Esse problema é ainda mais relevante se for analisado em contextos ditatoriais, especialmente nas últimas ditaduras militares que ocorreram na região até a recuperação da democracia. É nesse contexto que Júlio César Rigoni Filho conduz seu estudo sobre o papel desempenhado pela cobertura jornalística no período e destaca a existência de enquadramentos criminais em detrimento dos de saúde pública.

Outro tema também abordado nesta edição da *Sur Le Journalism* é o das desigualdades de gênero e da violência masculina, dois dos principais problemas enfrentados por muitas sociedades e que se tornaram problemas públicos nos últimos anos. Os problemas sociais precisam ser definidos e legitimados em pelo menos uma das arenas concorrentes para alcançar o status de problemas públicos (Ingrassia et al., 2023). Um desses espaços competitivos é a mídia, não apenas porque ela produz significados públicos em contestação com outros atores políticos e sociais, mas também porque permite a visibilidade dos eventos sociais. O gênero, como observa Scott (2019), não foi historica-

mente definido nesses termos, mas é uma construção que emerge de “organizações sociais historicamente situadas e representações culturais” (Scott, 2019, p. 69). Nesse sentido, os movimentos feministas têm desempenhado um papel fundamental na promoção desse problema social ao status de questão pública. Nesse quadro de ideias encontramos o artigo “A cobertura sobre violência contra a mulher em jornais amazônicos: análise de enquadramento das notícias publicadas em 2021”, de Daniele Silva Lima, Wyldiany Oliveira, Gabriela Almeida Silva e Camilla Quesada Tavares. O(a)s autore(a)s apresentam uma revisão das teorias e métodos para o estudo do enquadramento das notícias sobre a violência contra a mulher em três organizações de mídia da Amazônia Legal, uma das regiões do Brasil que apresentou o maior número de casos relacionados a esse problema social durante o período do estudo. Além disso, propõem uma complementação teórico-metodológica entre as ideias de Scott e as funções do enquadramento propostas por Entman (1993) para analisar uma série de quadros com perspectiva de gênero, como os quadros penal, legal, estatístico, dramático e de consciência e gênero na mídia regional, considerando que eles têm um grande poder de mobilização social para atender às demandas e necessidades sociais das pessoas (Ghizzoni, 2013).

Em “What is all about? Framing in Political Science”, Druckman (2011) associa o termo “enquadramento” à noção de “preferência”. Nossa compreensão, assimilação e interpretação de objetos, fenômenos e eventos no mundo estão alinhadas com nossas preferências. Além disso, James (1869) afirma que a seleção de determinados esquemas de pensamento ativados pelas abordagens oferecidas por um discurso, entendendo os eventos políticos e sociais também como construções discursivas, depende de que esses enquadramentos sejam ressonantes e não contradigam o conhecimento prévio. Definitivamente, os quadros são, de acordo com Butler (2015), “formas de inteligibilidade que favorecem o funcionamento do Estado e, portanto, se constituem por si mesmos” (p. 213).

Em suma, nesta edição procuramos reunir uma concepção do processo de enquadramento na comunicação que possa abordar o conjunto de informações adicionais necessárias para dar sentido a uma interpretação e reinterpretação do mundo. Aqui, os novos discursos entram em contato e ativam informações anteriores e evidências que temos à nossa disposição para avaliar questões. Nossa intenção foi incluir algumas das múltiplas perspectivas que nos permitem entender o enquadramento como um programa integral, abrangente, dinâmico e interativo.

Traducido por Jorge Ferreira

REFERÊNCIAS

- Aruguete, N. (2021). Activación de encuadres en red. Un modelo para repensar la circulación de sentidos en el nuevo entorno mediático. *Profesional de la Información*, 30(2).
- Butler, J. (2015). Variaciones sobre sexo y género: Beauvoir, Wittig y Foucault. En M. Lamas (Ed.), *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*, (pp. 291-312). Bonilla Artigas Editores.
- Butler, J. (2019 [2004]). *La vida precaria: The Powers of Mourning and Violence*. Verso.
- Carragee, K. & Roefs, W. (2004). The Neglect of Power in Recent Framing. *International Communication Association*, 214-233.
- D'Angelo, P. (2002). News Framing as a Multiparadigmatic Research Program: A Response to Entman. *Journal of Communication*, 52(4), 870-888. doi: 10.1111/j.1460-2466.2002.tb02578.x.
- D'Angelo, P. (2012). Studying Framing in Political Communication with an Integrative Approach. *American Behavioral Scientist*, 56(3), 353-364.
- Dammert, L. (2010). Violencia, crimen e inseguridad en América Latina: desafíos para la democracia. *Academia Superior de Estudios Policiales*, 6, 56-87.
- De-Vreese C. (2003). *Framing Europe: Television news and European integration*. Aksant Academic Publishers.
- De-Vreese C. (2005). News framing: Theory and typology. *Information Design Journal*, 13(1), 51-62.
- De Vreese, C. H. (2012). New Avenues for Framing Research. *American Behavioral Scientist*, 56(3), 365-375.
- Druckman, J. N. (2001). The implications of framing effects for citizen competence. *Political behavior*, 23, 225-256.
- Druckman, J. N. (2011). What's it all about? Framing in political science. *Perspectives on framing*, 279, 282-296.
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51-58.
- Entman, R. M. (2007). Framing bias: Media in the distribution of power. *Journal of communication*, 57(1), 163-173.
- Ghizzoni, M. (2013). El periodismo regional como mediador social: un análisis de contenido. *Vernáculo*, 32.
- Goffman, E. (1974). *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. London: Harper and Row.
- Goffman, E. (2002). Pie. En B. Ribeiro & P. Garcez (eds.), *Sociolingüística Interaccional*, (pp.107-148).
- Goffman, E. (2012). *Los marcos de la experiencia social*. Voces.
- Ingrassia, P., Gómez Wagner, C., Aruguete, N. y Calvo, E. (2023). La IVE en disputa. Los encuadres estratégicos en las noticias digitales argentinas. *Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación [Ensayos]*, 26(194), 115-130.
- James, W. (1869). "The perception of reality". En: *Principles of psychology*, vol. 2. Dover Publications, pp. 283-324.
- Kessler, G. (2005). Miedo al crimen: campo de investigación y preocupación política. *Oficios Terrestres*, 17, 27-37.
- Koziner, N. (2015). El Framing: un programa de investigación para el estudio de las comunicaciones mediáticas. *Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, 14(28), 22-45.
- Koziner, N. (2022). El frame-building. Una herramienta de análisis para el tratamiento mediático de las políticas de medios. In *Mediaciones de la Comunicación*, 17(2), 197-218.
- Matthes, J. (2012). Framing Politics: An Integrative Approach. *American Behavioral Scientist*, 56(3), 247-259.
- Matthes, J., & Kohring, M. (2008). The Content Analysis of Media Frames: Toward Improving Reliability and Validity. *Journal of Communication*, 58(2), 258-279.
- Muñoz C., 2015. La política como debate temático o estratégico. Framing de la campaña electoral mexicana de 2012 en la prensa digital. *Comunicación y Sociedad*, (23), 67-95.
- Reese, S. D. (2007). The Framing Project: A Bridging Model for Media Research Revisited. *Journal of Communication*, 57(1), 148-154.
- Retegui, L. e Ingrassia, P. (2022). Las desigualdades de género, precarización laboral y estereotipos. Atravesar la pandemia como periodista en una redacción tradicional. *Intersecciones en Comunicación*, 1(16).
- Scheufele, D. A. & Tewksbury, D. (2007). Framing, Agenda Setting, and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models. *Journal of Communication*, 57(1), 9-20.
- Schuck A.; Boomgaarden H.; de-Vreese C. (2013). "Cynics all around? The impact of election news on political cynicism in comparative perspective". *Journal of Communication*, 63(2), 287-311.
- Scott, J. (2019) Género: una categoría útil para el análisis histórico. En Hollanda, HB de (Org.), *Pensamiento feminista: conceptos fundamentales*. Time Bazaar
- Tuchman, G. (1999). La objetividad como ritual estratégico: un análisis de las nociones de objetividad de los periodistas. *CIC*, 4, 199-217.
- Valera Ordaz, L. (2016). El sesgo mediocéntrico del framing en España: una revisión crítica de la aplicación de la teoría del encuadre en los estudios de comunicación. *ZER: Revista De Estudios De Comunicación = Komunizazio Ikasketen Aldizkaria*, 21(41).

